



## AS (DES)CONTINUIDADES DO CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PALHOÇA-SC EM UM CONTEXTO DE URBANIZAÇÃO CRESCENTE<sup>1</sup>

Ana Livia de Almeida Silva<sup>2</sup>

### RESUMO

Este artigo aborda a temática da produção hortifrutigranjeira de alimentos, de origem predominantemente familiar, de modo a contextualizá-la na região da Grande Florianópolis, estado de Santa Catarina, enfatizando o município de Palhoça como área objeto de estudo. O propósito é discutir o tema da produção e comercialização hortifrutigranjeira, a partir de uma perspectiva geográfica, econômica e social, num espaço cuja especulação imobiliária e urbanização são crescentes, induzindo o rural a reinventar-se. A pesquisa propõe uma abordagem sistêmica e pauta-se em dados qualitativos e quantitativos, cujo intuito é compreender a reprodução da agricultura familiar, com destaque para o segmento hortifrutigranjeiro; o grau de inserção dos agricultores no mercado; os aspectos da ruralidade e suas transformações; além dos cultivos desenvolvidos em áreas urbanas e periurbanas, além de toda a dinâmica da relação rural-urbana presente no município de Palhoça.

**Palavras-chave:** Hortifrutigranjeiros; Palhoça; Dinâmica Rural-Urbana

### ABSTRACT

This article approaches the theme of the production of horticultural products, predominantly of family origin, in order to contextualize it in the region of Greater Florianópolis, state of Santa Catarina, emphasizing the municipality of Palhoça as an object of study. The purpose is to discuss the topic of horticultural production and commercialization, from a geographical, economic and social perspective, in a space where real estate speculation and urbanization are growing, inducing the rural to reinvent itself. The research proposes a systemic approach and is based on qualitative and quantitative data, whose aim is to understand the reproduction of family farming, with emphasis on the horticultural segment; the degree of insertion of farmers in the market; aspects of rurality and its transformations; in addition to the crops developed in urban and peri-urban areas, in addition to the entire dynamics of the rural-urban relationship present in the municipality of Palhoça.

**Key-words:** horticultural products; Palhoça; rural-urban dynamics.

<sup>1</sup> Artigo oriundo da pesquisa realizada no programa de mestrado entre os anos 2018 e 2019 com o amparo da agência financiadora CAPES.

<sup>2</sup> Doutoranda no curso de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, analiviaas@hotmail.com



## INTRODUÇÃO

A região da grande Florianópolis apresenta uma relevante produção agrícola, com destaque ao segmento hortifrutigranjeiro. O município de Palhoça aí se insere, com uma atividade produtiva predominantemente familiar. A agricultura familiar exerce importante papel no país, tanto no abastecimento interno quanto na produção voltada à exportação, além de desempenhar atividades agrícolas também no meio urbano e periurbano, resistindo assim, de certa forma, à urbanização, que constantemente é representada pela especulação imobiliária, construção de infraestruturas, condomínios, megaprojetos voltados ao setor turístico, entre outros. Em tal processo fica depreendida uma agressiva inserção dos espaços rurais em relação ao urbano, e que se desenvolvem, na maioria das vezes, de forma muito rápida em relação à dinâmica construída e reproduzida anteriormente nos lugares.

Constata-se que a dinâmica populacional catarinense reflete a brasileira, pois, o crescimento da população residente nas cidades foi acompanhado por uma redução relativa da população rural. Fato este atrelado ao aumento da demanda da força de trabalho em serviços provenientes da área urbana. No entanto, mesmo com a maior interligação dos territórios, crescendo, por conseguinte, os espaços considerados urbanos, a realização do cultivo agrícola não desapareceu, pelo contrário, está se desenvolvendo em diferentes espaços, através da prática da agricultura convencional ou orgânica.

Um breve contexto histórico, o qual Palhoça está inserida, nos ajuda a compreender as suas atuais características como a sua representatividade agrícola. Em se tratando do alto percentual de população rural na região da Grande Florianópolis até a década de 1970, o mesmo é resultante do predomínio das atividades agrícolas, como destaca PELUSO JR (1991, p.135), ao afirmar que *“Florianópolis, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz e Biguaçu cresceram independentemente, todas ligadas às suas populações rurais, às quais forneciam bens e serviços em suas atividades de lugar central”*. O cultivo de produtos hortifrutigranjeiros torna-se, para muitos dos agricultores, uma forma de estratégia de subsistência, afinal possuíam renda insuficiente para manter-se.

Os municípios da região, ainda durante a década de 1970, eram intensamente polarizados por Florianópolis, através da crescente concentração dos serviços, como de saúde e educação, além do comércio. A urbanização amplia-se, gradativamente, a se expandir para



os municípios do entorno, o que incluía Palhoça, no entanto a maioria da população ainda era rural, caracterizando um processo de urbanização concentrada, mais fortemente na capital.

Os principais fatores político-econômicos que contribuíram para a implantação dos cultivos hortifrutigranjeiros na Grande Florianópolis são identificados por CAVICCHIOLI, (1997) que são: a criação da política agrícola de extensão rural de 1956; o parcelamento das propriedades vendidas ou divididas por herança; e principalmente a criação do CEASA na década de 1970.

Saliente-se que a produção hortifrutigranjeira era praticada na região desde o início do século XX, mas é na década de 1950 que começa a ganhar maiores proporções, associada à contribuição dos descendentes de imigrantes europeus de descendência germânica, principalmente, a estrutura fundiária da região e sua forma predominante de exploração familiar (CAMPOS, 2013).

De acordo com o mesmo autor, Palhoça sendo uma cidade integrante da área conurbada de Florianópolis, tem apresentado um crescimento considerável da sua área urbana, em um curto período de tempo, principalmente após a década de 1990 em que se acentuam as ações especulativas no município. Este, contudo, poderia se dizer que está no sentido contrário da reprodução do processo de urbanização, pois continua possuindo pronunciada atividade agrícola.

No que consiste mais recentemente ao número de estabelecimentos agrícolas, em Santa Catarina, dos 183.066 existentes no ano de 2017, 142.987 foram classificados com predomínio da atividade familiar, atingindo 78% do total (IBGE, 2017), fazendo com que seja um dos estados brasileiros com maior presença de agricultores familiares. Por conta da valorização das terras em Florianópolis, os municípios vizinhos à capital passaram também por uma ampliação na ocupação territorial devido à oferta de terras mais baratas, fato que resultou no crescimento demográfico dos municípios de São José, Biguaçu, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, em relação à própria capital.

O processo de modernização do campo não explica de todo a produção e comercialização de alimentos agricultáveis, uma vez que a maior parte da produção agrícola hortifrutigranjeira, por exemplo, é de âmbito pequeno. Não obstante, as instâncias públicas privilegiam o capital imobiliário, que por muitas vezes atuam e expandem suas atividades, sem o devido planejamento em direção às áreas de produção agrícola.

Como objetivo principal tenciona-se analisar, em relação à área objeto de estudo, a atividade hortifrutigranjeira, os elementos que a constituem (produção, e comercialização) e sua vinculação ao processo de urbanização e inter-relação com a dinâmica rural-urbana.



Como objetivos específicos trata-se de: Compreender a dinâmica produtiva e de comercialização hortifrutigranjeira de Palhoça, observando, no processo, os impactos gerados pela urbanização e; Mensurar a representatividade da produção e comercialização hortifrutigranjeira atual do município frente à sua economia como um todo e as perspectivas futuras do setor.

## **METODOLOGIA**

Palhoça sofreu variadas transformações no que se refere à sua consolidação enquanto município, e expansão da área considerada urbana, sobretudo após a década de 1990. Estas transformações são bastante presentes seja através das diferentes e múltiplas atividades que são desempenhadas naquele espaço, no âmbito econômico, seja pelas diferentes relações sociais.

De acordo com a apresentação dos dados do IBGE (2010) Palhoça é 98% urbana. Isto vem a fortalecer o motivo para investigação da temática. Ao realizar-se o mapeamento das áreas agrícolas, considerando em grande medida as atividades de campo, constatou-se que os dados apresentados pelo IBGE carecem maior análise. Os trabalhos desenvolvidos por SUGAI (2015) mostram apontamentos da atividade imobiliária acontecendo de forma desordenada e invasiva e alguns momentos com ausência de legalidade na região conurbada de Florianópolis. Assim como o relato dos agricultores ao evidenciarem a pressão que sofrem tanto do poder público como privado para deixarem suas propriedades. Portanto, o artigo busca compreender a produção e comercialização dos hortifrutigranjeiros no município de Palhoça e os conflitos causados na atividade diante o avanço da urbanização.

O artigo foi pautado em dados qualitativos e quantitativos, seja através de trabalhos de campo, análise de dados socioeconômicos, da estrutura fundiária, da produtividade, distribuição e comercialização. Esta inter-relação entre os espaços que é manifestada através do desempenho das diversas atividades e elementos que compõem o segmento agrícola, integram o que Milton Santos denominou de circuito espacial produtivo.

A investigação a respeito da estrutura fundiária, da agricultura familiar, e da diversidade de situações específicas e particulares em que está inserida, na grande Florianópolis, sobretudo no município de Palhoça, com o intuito de analisar a dinâmica rural-urbano e a dinâmica da produção agrícola, pautou-se principalmente na abordagem de autores como, Victor Antônio Peluso Jr, Nazareno José de Campos e José Eli da Veiga.



As atividades práticas, em campo, se deram em espaços urbanos e periurbanos dos municípios de São José<sup>3</sup>, compreendendo o bairro do Sertão do Maruim, e Palhoça, sendo neste os bairros de Guarda do Cubatão, Aririú, e Pachecos; e as comunidades, mais ao sul do município, de Massiambú, Sertão, e Três Barras. As aplicações de entrevistas semiestruturadas com os agricultores se concentraram nas localidades que estão inseridas ao circuito produtivo de forma mais intensa, além de abrigarem grande expansão especulativa da terra, como exemplo as construções de condomínios.

No município de Palhoça, área objeto de estudo, há duas principais problemáticas que serviram de embasamento para a construção do artigo: a primeira considera a busca por maior compreensão do circuito espacial produtivo, suas continuidades e descontinuidades frente a um contexto de crescente urbanização e a segunda diz respeito à legitimação do poder público quanto ao avanço (muitas vezes ilegal) da especulação imobiliária em direção às áreas agrícolas na grande Florianópolis, favorecendo a reprodução das desigualdades sociais e espaciais e a necessidade da construção de novas práticas rurais e urbanas (SUGAI, 2012, p. 77).

Neste sentido a questão central a ser elucidada é: de que modo e sob quais condições se reproduz o circuito espacial produtivo da agricultura familiar no município de Palhoça e região em um contexto de urbanização crescente.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Há numerosas discussões do espaço rural que precedem a temática da produção agrícola familiar, a qual é predominante no espaço geográfico em estudo, mas não cabe neste momento evidenciar todas elas, mas sim os principais autores que lançaram luz à tal discussão, sobretudo a partir da década de 1990 e início dos anos 2000, considerando também, nesta direção o reconhecimento e legitimação da agricultura familiar inicialmente com a criação do Pronaf (Decreto 1946, de 28 de junho de 1996) e posteriormente por parte do Estado incluindo-a em um quadro normativo específico para delimitá-la de acordo com a Lei nº 11.326/2006.

De acordo com NIERDELE et al. (2014) os autores que se destacaram na produção científica, neste período entre a década de 1990 e 2000, foram: sobre a questão agrária (Alberto Passos Guimarães, Gilberto Paim, Ignácio Rangel, Caio Prado Jr.); progresso técnico e inovação na

---

<sup>3</sup> No que consiste ao trabalho de campo e aplicações de entrevistas realizadas em São José se devem ao fato do município de São José estar incluído ao circuito produtivo em estudo, por abrigar o CEASA, local este em que é escoada a maior parte da produção hortifrutigranjeira.



agropecuária (Mario Possas, Ruy Muller Paiva, Sergio Salles Filho); reprodução social do campesinato (Antonio Cândido, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Maria de Nazareth Baudel Wanderley); história agrária, política e movimentos sociais do campo (Gilberto Freire, Sergio Buarque de Holanda, Maria Yeda Linhares, José de Souza Martins); modernização da agricultura e seus efeitos (Geraldo Muller, Rodolfo Hoffman, Angela Kageyama, José Graziano da Silva).

Estes autores e tantos outros abriram caminho para as discussões e análises contemporâneas sobre o meio rural, suas relações sociais, culturais, políticas, econômicas que vão além da produção agrícola, no entanto salvo a grande importância, direciona-se para a agricultura e o rompimento de sua visão como uma instância em extinção e/ou fadada a transformar-se em espaço e atividades puramente urbanas, mas sim que tem se reinventado enquanto sua existência e permanência.

A atividade agrícola desempenhada em Palhoça está interligada à área conurbada da grande Florianópolis, principalmente quanto ao município de São José. Esta ligação se estabelece essencialmente no que consiste à produção e comercialização dos produtos, explicitando por sua vez a razão dos trabalhos de campo terem sido dedicados também ao município de São José.

Esta inter-relação entre os espaços que se manifesta através do desempenho de diversas atividades que compõem o segmento agrícola, integram o que Milton Santos denominou de circuito espacial produtivo.

Por sua vez CASTILLO; FREDERICO (2010) abordam o conceito de circuito espacial produtivo a partir da noção que enfatiza ao mesmo tempo a centralidade da circulação (circuito) no encadeamento das diversas etapas da produção; a condição do espaço (espacial) como variável ativa na reprodução social; e o enfoque centrado no ramo, ou seja na atividade produtiva dominante (produtivo). Enquanto MORAES (1985) complementa ao afirmar que discutir este conceito é um modo de compreender a espacialidade de fatores como produção, comercialização, consumo, como um movimento circular constante.

As noções de circuito espacial da produção no espaço permitem verificar a interdependência dos espaços produtivos, apreendendo a unidade e a circularidade do movimento. Essas noções tornam mais nítidas as contradições espaciais expostas por SANTOS (1985) e exemplificadas pela dialética entre os arranjos espaciais anteriores e as novas ações e objetos; a organização interna confrontada com os eventos externos; e a “*regulação híbrida*” que envolve as ações do Estado e das empresas (ANTAS JR, 2005).

A noção do conceito de circuito espacial produtivo auxilia na compreensão da reprodução da atividade hortifrutigranjeira em Palhoça e a relação que estabelece através de



sua interligação com os municípios próximos. Uma vez que este conceito trata especificamente do fator produção; conciliá-lo ao fator econômico permite identificar de forma mais ampla toda a dinâmica envolvida na atividade em estudo.

Como bem definem CASTILLO; FREDERICO (2010, p. 463) *“Os conceitos de circuito espacial da produção e de circuitos da economia urbana podem ser trabalhados de maneira complementar, uma vez que tanto o circuito inferior quanto o superior fazem parte de circuitos espaciais produtivos de tamanho, características técnicas e organizacionais distintas”*. Desta maneira Milton Santos, ao estabelecer a análise no âmbito econômico das diversas atividades desenvolvidas no espaço, as denomina de os circuitos da economia urbana, os quais podem ser de âmbito inferior ou superior.

Deste modo este autor desenvolve seu pensamento ao considerar que a diferença fundamental entre as atividades do circuito inferior e as do circuito superior está baseada nas diferenças de tecnologia e de organização dos mesmos. Sendo que o primeiro apresenta menor grau de tecnologia e organização que o segundo, conforme nos apresenta: *“o circuito superior utiliza uma tecnologia importada e de alto nível, capital intensivo, enquanto o circuito inferior a tecnologia é do trabalho intensivo, frequentemente local”* (2008, p. 43).

Milton Santos afirma também que o fenômeno dos dois circuitos está presente tanto em países desenvolvidos quanto nos subdesenvolvidos. E os mesmos estão interligados; no entanto o circuito inferior depende de certa forma do superior, assim como as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas, uma vez que a escala e as condições das produções dependem dos progressos tecnológicos que vem dos “polos”. E a busca por maior autonomia seja da imposição das influências do circuito superior, seja da imposição que a modernização estabelece é complexa.

Encontra-se formas diferentes de combinação entre um novo modelo de produção, distribuição e consumo e a situação preexistente, e isso em função das condições históricas da introdução das modernizações, trata-se da aceitação dos elementos de modernização em diferentes graus.

O crescimento do circuito moderno baseado na sua não imposição só pode ocorrer a partir do momento em que sua política for elaborada no âmbito da cidade e do país. É a partir do momento que eles se articulam que os laços de dependência locais se criam e tendem a se fortalecer. Mas o que na realidade existe é um sistema mundial de relações comandado pelos interesses privatizados, que por natureza se opõem a todo esforço de integração local. SANTOS (2008, p.123).



Este mesmo autor nos lembra que há outro ator que está intimamente relacionado à esta dinâmica que é o Estado e o preço que ele paga protegendo o setor moderno da economia não é somente financeiro, é também político. O Estado vê assim seu poder de decisão reduzir-se e por isso mesmo seu próprio papel, porque tem de conceder cada vez mais recursos para responder a uma modernização cumulativa, por esse motivo torna-se cada vez menos independente.

Ao lado dos aspectos da produção e modernização, é indispensável considerar e analisar os da distribuição e do consumo, assim como os do emprego, quer dizer, tratar do sistema por inteiro. SANTOS (2008) argumenta que a indústria responde cada vez menos às necessidades de criação de emprego. Quanto à agricultura, ela também vê diminuir seus efetivos, ou porque é atrasada ou porque está se modernizando. Essa é uma das explicações do êxodo rural e da urbanização terciária; nas cidades dos países subdesenvolvidos, o mercado de trabalho deteriora-se e uma porcentagem elevada de pessoas não tem atividades nem rendas permanentes.

A dinâmica rural-urbana que depara-se hoje sofreu e tem sofrido uma série de transformações, as quais extrapolam o que ocorre propriamente no âmbito local. Considerando que a produção hortifrutigranjeira em estudo é sumariamente realizada por famílias, integrando ao que chama-se de agricultura familiar, pode-se considerar que esta atividade pertence ao circuito inferior da economia, no entanto recebe influências e determinações que são provenientes do circuito superior, como a comercialização de seus produtos para supermercados ou também com o Ceasa, os quais determinam os preços, e mesmo o condicionamento da agricultura ao ramo industrial e moderno.

A maior e principal problemática consiste não no avanço do que é considerado moderno, mas no seu modo compulsório de se instalar, viabilizado por uma classe social hegemônica. No entanto, ainda assim, os espaços se mantêm vivos, seja no meio rural ou urbano, por meio de elevada parcela da população, que não é contemplada pelos benefícios da modernidade e não são atendidas quanto às suas necessidades. Sendo assim, a expansão dos projetos de modernização inclui apenas uma parte da população em sua lógica, o que resulta na produção e reprodução de desigualdades, sejam elas de vivência, salários, trabalhos e oportunidades para uma maioria de desfavorecidos. Considera-se notoriamente que o capital se expande e esta é sua tendência, mas como e sob quais formas ocorrem esta expansão que se busca compreender neste artigo.



## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presença da atividade agrícola, em se tratando de sua especialização, de acordo com o mapeamento realizado, é praticada, sobretudo, em algumas localidades do sul da ilha de Santa Catarina, e com maior expressão e representatividade, nos municípios que compõe a área conurbada. São desenvolvidas culturas como hortaliças, leguminosas, tubérculos, além da pecuária bovina<sup>4</sup> e criação de frangos. Ao realizar as atividades de campo ficou bastante evidente que os cultivos agrícolas e criações de animais são mais intensos nos municípios continentais do que em Florianópolis.

O município de Palhoça apresenta um crescimento considerável em sua economia, mas também um dos mais concentradores. Neste território ocorre a constituição e as manifestações das relações de poder, manifestadas através de conflitos entre os diferentes interesses, como o avanço da especulação imobiliária em direção às áreas agricultáveis urbanas. No entender de SOUZA (2011) há o rompimento das atividades executadas no território e segundo ele trata-se de um território descontínuo, sendo que, o que se evidencia são rupturas e não fluidez quanto ao desempenho das mais diversas práticas econômicas e/ou sociais.

Os proprietários de terras estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade, na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. Isto significa que estão essencialmente interessados no valor de troca da terra e não no seu valor de uso<sup>5</sup>.

Há diferentes interesses que perpassam no município de Palhoça, os quais apresentam diferentes escalas de intencionalidades. Por exemplo: os interesses provenientes dos agricultores é produzir e comercializar com empreendimentos locais e/ou regionais. Os interesses por parte das imobiliárias não se concentra apenas no município de Palhoça e/ou no estado de Santa Catarina, mas atingem outros estados brasileiros, além de viabilizar instalações estrangeiras. Neste sentido, SANTOS (2012, p. 91) complementa a discussão ao afirmar que a noção de escala é, então, essencial para a compreensão da diversidade, dos

---

<sup>4</sup> Há ainda grandes áreas de pastagens, no sul da ilha e também nos municípios da área conurbada.

<sup>5</sup> O autor explica que cada mercadoria tem, na sociedade capitalista, um duplo aspecto no que se refere ao valor. Possui um valor de uso e um valor de troca. O primeiro está relacionado à esfera do consumo e o segundo à da circulação. É somente através da troca no mercado que uma mercadoria realiza plenamente seu valor de uso (CORRÊA, 1993, p. 84).



diferentes níveis e do choque entre suas intencionalidades, as quais se revelam por meio de decisões e tem repercussão na ordem econômica, cultural, política e moral, assim como na ordem territorial.

Conforme aponta GELBCKE (2018) a pressão do aumento do preço da terra é enfrentada pelos agricultores através de duas principais estratégias, a intensificação e a diferenciação da produção. A primeira estratégia é traçada a partir da produção de hortaliças, verduras, frutas, que faz uso intensivo dos solos, gerando maior renda aos agricultores por unidade de área. A diferenciação, no caso a produção de hortaliças, verduras, frutas orgânicas e/ou cultivo de plantas exóticas, surge como possibilidade de gerar renda extra, adicionando valor aos produtos pela sua qualidade específica. Nesta perspectiva, deparou-se com agricultores que estão cultivando produtos de maior valor agregado como é o caso do cultivo de pitaya, e de phisallis, além de estruturas como estufas e hidroponias, com grande presença no município vizinho à Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz.

Em casos como estes, ocorre certa diferenciação social<sup>6</sup>, distinguindo-se assim os agricultores entre si e de seus produtos ofertados. Igualmente, percebe-se também a inserção de trabalhadores que não possuem ligação com o rural, mas veem nele uma oportunidade de inserir-se e obter certa lucratividade.

Os agricultores, ao deparar-se com as dificuldades impostas pelo processo de expansão urbana, não apresentam um caráter de cooperação/ajuda mútua. Nenhum dos entrevistados está inserido em alguma forma de cooperativa, apresentando uma postura “individualista” e preferindo atuar sozinhos, sem vínculos de qualquer tipo. A maior parte deles possui forte relação com a agricultura, sendo, em relação a muitos, advindas de gerações anteriores, quando então tinham a agricultura como a única fonte de renda.

Muitos problemas são persistentes nas culturas, como a baixa produtividade, que em muitas situações inviabiliza a comercialização; os agricultores enfrentam restrições associadas ao tamanho do estabelecimento; ocorrência da degradação dos solos e do ambiente em geral, provocada pelo encurtamento do tempo de descanso da terra e pela adoção de práticas insustentáveis devido à falta de recursos e nível de pobreza. Além do não acompanhamento nas propriedades, pois muitos agricultores entrevistados afirmaram que as visitas técnicas oferecidas pelos órgãos do estado não são de qualidade, que usam de seus próprios conhecimentos para a prática dos cultivos, ou contratam algum técnico agrícola por meio de

---

<sup>6</sup> Este termo foi empregado na pesquisa com o intuito de referir-se à obtenção de um relativo “destaque econômico” dos agricultores entre si, através dos tipos de seus produtos ofertados, no caso produtos que envolvem maior valor agregado.



sua própria renda, embora alguns reconheçam que as prefeituras têm dado apoio e incentivos quando possível.

Se faz de grande importância a compreensão da realidade dos municípios polarizados e não somente a do polarizador, ao passo que aqueles forneciam grande quantidade de alimentos à capital, no entanto a concentração de poderes residentes na cidade de Florianópolis interferiu e interfere diretamente nas relações sociais e produtivas dos municípios vizinhos, dentre elas a relação agrícola. Para SANTOS (1985, p. 71), “*o estudo das regiões produtivas exige a reconstrução da fração estudada da realidade através de sua vida sistêmica*”, ou seja, suas relações internas e externas, ritmos, fluxos e suas repercussões em toda a dinâmica que envolve a agricultura.

Neste sentido SANTOS (1997, p.72) corrobora ao dizer que “*a articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial*”. Isto é, a partir das interações estabelecidas entre as diversas atividades desempenhadas em uma região, aproxima-se de compreender como se dá seu funcionamento como um todo e é a partir destas interações entre as frações do território que se gera, de certa forma, o fortalecimento enquanto economia e política.

As etapas que compõem o circuito produtivo contribuem para determinar o preço final das mercadorias, embora o CEASA absorva uma expressiva parte da produção, apresentando conseqüentemente um controle maior sobre os preços de grandes quantidades dos estoques.

Ao realizar-se as atividades de campo<sup>7</sup>, todos os entrevistados afirmaram que a maior parte da produção, em torno de 70% é escoada para o CEASA/São José, além de serem feitos contratos diretos dos produtores com supermercados e/ou comercialização em feiras, sacolões e mercados especializados.

De acordo com os dados apresentados pela EPAGRI (2017) dos produtos que chegam ao CEASA/São José, a maioria, em torno de 65%, vem primeiro da região da Grande Florianópolis e do estado de Santa Catarina, depois parte é proveniente de outros estados, dependendo da disponibilidade das regiões produtoras e da época do ano, em especial das regiões Sul e Sudeste.

O autor SILVA, (2013) ao afirmar que a compreensão da dinâmica da produção de alimentos na Grande Florianópolis, utilizando como caso os produtos hortícolas, pode ser vista com base em três elementos fundamentais, sendo eles:

---

<sup>7</sup> As atividades de campo foram realizadas nos municípios de São José e Palhoça, bem como as aplicações de entrevistas.



- 1) Localizações dos processos com ênfase no estudo dos locais onde fenômenos e agentes específicos configuram o circuito produtivo;
- 2) Espaços periurbanos, como categoria de análise mais generalista para identificar o conjunto de locais articulados na produção de alimentos e intimamente relacionados aos centros urbanos adjacentes;
- 3) Os circuitos de proximidade, para identificar as relações econômico-sociais contidas no conjunto e articulados com o mercado urbano.

Pode-se dizer que os três elementos apresentados acima retratam a espacialização do circuito produtivo presente na região; esta sistemática por sua vez conjuga-se ao circuito inferior da economia. No entanto de acordo com SANTOS (2008) este circuito, ao estabelecer sua integração localmente, é permeado por intermediários ou também chamados de atravessadores, que são aqueles que estabelecem relações de comercialização entre o produtor e o consumidor final. O fator essencial presente neste circuito é o fator trabalho, é neste que é baseado o seu funcionamento somado à uma relação de dependência ao circuito superior, uma vez que o fator que move este último é o capital.

A comercialização desempenhada pelo município de Palhoça de produtos hortifrutigranjeiros foi evidenciada através da coleta de dados dos produtos comercializados com a CEASA – São José no ano de 2019. Ainda que uma parcela da produção hortifrutigranjeira do município seja comercializada com supermercados e feiras, parte expressiva desta produção agrícola é destinada ao CEASA. Segue no quadro 1 os principais produtos comercializados, o montante destes produtos e também o volume total referente ao estado.

**Quadro 1 – Principais produtos hortifrutigranjeiros comercializados de Palhoça para o Ceasa - ano de 2019.**

<b>Produtos</b>	<b>Quilogramas Total</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>Volume Total de Santa Catarina (kg)</b>
<b>Tomate longa vida</b>	248.644,00	610.122,48	15.954.955,00
<b>Milho Verde</b>	99.004,00	226.320,50	2.441.746,20
<b>Vagem comum</b>	98.027,00	368.275,05	1.473.389,15
<b>Abobrinha Italiana</b>	85.580,00	134.455,00	7.945.840,00
<b>Pepino Salada</b>	62.172,00	89.407,12	4.592.852,00
<b>Quiabo</b>	42.952,50	360.201,44	194.820,40
<b>Todos os produtos</b>	1.150.775,9	3.395.486,95	68.936.179,40



Fonte: Central de Abastecimento

Conforme observado os dados acima referentes à comercialização, o alimento que é mais comercializado em quilogramas e valores é o tomate longa vida. Seguido do milho, vagem, abóbora, pepino e quiabo. O quiabo, entre os principais produtos comercializados, é o que apresenta menor quantidade, mas não necessariamente o menor valor, que pertence ao pepino.

Quanto ao valor arrecadado com a comercialização dos produtos o destaque vai para o tomate, em seguida a vagem e ao quiabo. Em relação ao volume da produção que Palhoça oferece ao estado o destaque fica novamente com o tomate, seguido pela abóbora e o pepino.

Os agricultores e pecuaristas provenientes dos municípios conurbados e, sobretudo de Palhoça, apresentam dificuldades para o desempenho das atividades do segmento agrícola, dentre elas: a mão-de-obra, cuja disponibilidade limita sua produtividade e evolução; preço elevado cobrado pelos atravessadores, e por supermercados ao realizar a comercialização dos produtos; ausência de maior autonomia devido ao baixo acesso à tecnologia; endividamentos; dentre outros. Fatores estes que se não resolvidos ou ao menos atenuados possuem a tendência de serem agravados com o avanço intenso do perímetro urbano sobre as propriedades, a falta do desenvolvimento agrícola aos agricultores de pequeno porte, e também atrativos à população jovem darem segmento aos cultivos.

No que consiste ao circuito produtivo que confere à região da grande Florianópolis, apresenta algumas vantagens como a proximidade do mercado consumidor, a rede de estradas e infraestruturas de acesso, no entanto, a concentração territorial de equipamentos para distribuição e armazenagem dos produtos apresentam-se como vantagens locais, que ainda carecem maior desenvolvimento.

A produção e a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros no município de Palhoça apresentam características que lhes são próprias, no entanto, obedece àquelas de escala regional e nacional, o que pode resultar em entraves ao desenvolvimento local.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do avanço do processo de intensificação da divisão social e territorial do trabalho, entender a dinâmica dos centros regionais tornam-se importantes na medida em que diversas atividades têm sido expandidas no território brasileiro. Ressalta-se que a divisão social e territorial do trabalho não se faz igualmente em todos os espaços, compreendendo



uma combinação de fatores como demografia, modernização da agricultura, transporte, indústria, investimentos, etc.

O município de Palhoça, ao se inserir na lógica do processo de urbanização ocorrido na capital e entorno, recebeu grande contingente populacional, o qual não foi de todo absorvido pelo município, o que faz com que resulte em taxas consideráveis de desemprego, marginalização, criminalidade, problemas com transporte e saúde públicos.

Dentre os agricultores entrevistados, afirmaram que vivem de suas produções, no entanto relataram dificuldades, são elas: os filhos não apresentam interesse em permanecer na propriedade; à comercialização de seus produtos, devido aos preços elevados exigidos pelos supermercados; e à taxaço do IPTU<sup>8</sup> mesmo em meio comprobatório de uso da terra destinado ao cultivo agrícola em solo urbano, fazendo com que cogitem o arrendamento, ou mesmo venda, de terras para o futuro.

O processo de diferenciação social dos agricultores se faz muito presente tanto em relação ao acesso à terra e sua produtividade, quanto ao uso da terra, que se choca com o avanço da especulação imobiliária em direção ao desempenho da atividade agrícola. Além da ausência de um planejamento efetivo que assegure o ordenamento do crescimento e desenvolvimento do município de Palhoça, no que diz respeito ao melhor acesso aos serviços, mas, sobretudo, das áreas de imóveis e de loteamentos.

Houve mudanças quanto à articulação das atividades no meio urbano, assim como a permanência de comportamentos tradicionais e ambos estão ligados ao meio agrário em que se localizam. De acordo com o pensamento de Milton Santos, aliado aos trabalhos de campo realizados, o rural é colocado em segundo plano, como sendo parte periférica do urbano. Talvez pelo fato de a atenção estar dedicada principalmente às grandes propriedades/proprietários agrícolas e ocorrer a marginalização do pequeno produtor, aliado ao pensamento que o setor de serviços, comércio e indústria são mais modernos, gerando mais empregos, havendo assim o aumento da demanda por estes setores, e por consequência o inchaço populacional nas cidades.

---

<sup>8</sup> Através da aplicação de entrevistas aos agricultores, deparou-se com três tipos de casos: aqueles que pagam o imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR; os que pagam os dois tipos de impostos, o ITR e o IPTU; e os que pagam somente o IPTU. No entanto, de acordo com a lei nº 5.172 de 1966 (Art. 15) era estabelecido que, na área urbana, os imóveis/propriedades que são comprovadamente utilizados para exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial o ITR incide sobre o imóvel ao invés do IPTU.



Ao transformar os pequenos espaços agrícolas (que recebem políticas de urbanização) em “cidade”, acentua-se a ideia do esvaziamento e perda da essência do meio rural (como a taxa de IPTU em propriedades que ocorrem o cultivo agrícola, por exemplo). A agricultura ocorre sim nos espaços urbanos, provando que as cidades não são em totalidade urbanas<sup>9</sup>. Em consequência, é grande a dificuldade de entender a problemática “rural” como um objeto que é desqualificado por parte das instâncias públicas enquanto quesito em investimentos e desenvolvimento de políticas que atendam este segmento (CAMPOS, 2013).

A modernização também é responsável por redefinir a ligação campo-cidade quanto ao lugar do agricultor na sociedade, à sua importância social, cultural e política. De acordo com Wanderley (2004) a permanência no meio rural implica escolhas complexas, que envolvem os projetos familiares e as relações que se estabelecem entre a sociedade e a vida local e que traduzem as expectativas geradas e as possibilidades de emprego, de educação para os filhos, de acesso aos bens e serviços básicos.

Diante do avanço do processo de intensificação da divisão social e territorial do trabalho, que segundo SPOSITO (2006, p. 116) “*a divisão territorial do trabalho mais elementar é a que se estabelece entre a cidade e o campo*”, entender a dinâmica dos centros regionais, e médias cidades, tornam-se importantes na medida em que diversas atividades têm sido expandidas no território brasileiro.

A autora ainda ressalta que a divisão social e territorial do trabalho não se faz igualmente em todos os espaços, sendo nas cidades que os conflitos iminentes à diferenciação social emergem com mais força. É nelas e por meio das formas de produção e apropriação do espaço, que as contradições de uma sociedade de classes se expressam de forma mais contundente, pois a concentração gera proximidade que, por sua vez, propicia a revelação das diferenças compreendendo uma combinação de fatores como demografia, modernização da agricultura, transporte, indústria, investimentos.

O processo de modernização da produção rural cria divergências em termos de tamanho, capital e tecnologia, o que tornam as prioridades de cada produtor familiar diferente. É certo que o avanço das políticas de tecnificação agrícola provocou e continua provocando substanciais modificações nas condições de produção na agricultura familiar, mas esse dado

---

<sup>9</sup> O município de Palhoça é considerado pelo IBGE (2010) como 98,46% urbano, no entanto ao realizarmos o levantamento bibliográfico, como, por exemplo, os trabalhos de José Eli da Veiga, o mapeamento das áreas agrícolas da Grande Florianópolis, somada às atividades de campo, ratificamos que os dados apresentados pelo órgão possuem resultados duvidosos, e o que possivelmente acontece é um interesse por parte do município em aumentar o perímetro urbano, para maior arrecadação de IPTU.



não nos permite prever ou generalizar um completo desaparecimento da autonomia, na mobilização, conversão de recursos econômicos e na utilização de saberes locais no interior das unidades produtivas.

É necessário reforçar e melhorar os resultados das políticas agrárias, cuja implementação deve apoiar-se em diagnósticos regionais e instrumentos de planejamento participativo. Em um país como o Brasil, é impossível ignorar as diferenças regionais e especificidades locais. É de fundamental importância conhecer as potencialidades e o desenvolvimento local, buscando soluções locais concertadas com os agentes relevantes.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que não é possível pensar no fortalecimento da agricultura familiar e no desenvolvimento rural como “ilhas sociais” em meio a grandes unidades monocultoras, geradoras de poucos postos de trabalho, concentradora de renda e riqueza, mas sim pensa-los como um órgão sistêmico para que assim possa adquirir maior representatividade e ter suas demandas minimamente atendidas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTAS JR, R. M. **Território e regulação: Espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

CAMPOS, N. J. São José – SC: Faces do Rural no Transcorrer Histórico. In: CAMPOS, N. J.; BRANDT, M. CANCELIER, J. (Org). **O Espaço Rural de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013, p. 8-15.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço Geográfico, Produção e Movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v.22, n.3, 2010, p. 463.

CAVICCHIOLI, M. A. B. As hortaliças na Grande Florianópolis – da produção ao consumo – a ação dos agentes intermediários. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano**. 2ª Ed, São Paulo: Editora Ática S. A. 1993, p. 84.

EMPRESA DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA– EPAGRI. Levantamento Agropecuário de Santa Catarina de 2002 a 2003. Disponível em: <[http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cep/Dados\\_do\\_LAC/tabelas/modulo1/Estrutura\\_fundiaria\\_EAP\\_julho06.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cep/Dados_do_LAC/tabelas/modulo1/Estrutura_fundiaria_EAP_julho06.pdf)> Acesso em: 20 de Jul. 2017.

GELBCKE, D. L. **Abastecimento de alimentos orgânicos em circuitos de proximidade: o caso da grande Florianópolis**. UFSC, Tese de Doutorado, 2018.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE – Censos Agropecuários 1970 – 2017. Disponível em:  
<[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf)>  
Acesso em: 19 de Outubro de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.  
Censo Demográfico de 1940 a 2010.  
Disponível em: file:///C:/Users/SAMSUNG/Desktop/censo%202010.pdf

MORAES, A.C.R. Los Circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación em el espacio. In: YANES, L. et. al. (Org), **Aportes para el estudio del espacio socioeconômico**, tomo III El colóquio, Buenos Aieres [s.n.], 1985.

NIERDELE, P. A.; FIALHO, M. A. V.; CONTERATO, M. A. A pesquisa sobre Agricultura Familiar no Brasil – aprendizagens, esquecimentos e novidades. Piracicaba-SP, RESR, Vol. 52, Supl. 1, 2014.

PELUSO JÚNIOR, V. A. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina** – Florianópolis, UFSC. 1991, p. 135-320.

SANTOS, M. A totalidade do diabo: como as formas geográficas difundem o capital e mudam estruturas sociais. **Ciência Geográfica**. AGB – Seção Bauru, Edição Especial 1997, p. 72.

SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os dois circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2 ed., 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p.123.

SANTOS, **Espaço e método**, Hucitec, São Paulo, 1985, p. 71

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil Território e sociedade no início do século XXI**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 43.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 91.

SILVA, C. A. **Circuitos De proximidade da Grande Florianópolis: situação e perspectivas**. VI Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. Universidade Estadual de Campinas (Feagri/Unicamp). 2013. p. 9-15

SOUZA, G. A. **A Inserção de Palhoça na região metropolitana de Florianópolis: Sua reestruturação econômica e urbana na atual divisão territorial do trabalho**. Dissertação de Mestrado, UFSC, 2011.

SPOSITO, M. E; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e contradições entre urbano e rural**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 116.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE  
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

**GEOGRAFIA**

5ª EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

SUGAI, M. I. **Segregação Silenciosa: Investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970 – 2000)**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015, p. 77.

WANDERLEY, M. N. B. Olhares sobre o “rural” brasileiro. **Raízes**. Campina Grande, v. 23, n°s 01 e 02, 2004.